

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Janaúba, 28 de março de 2025.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Janaúba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	404	35.658	Fornecedores	13	25.585	20.006
Contas a receber	8	57.780	32.687	Obrigações sociais e trabalhistas	14	44.335	27.061
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		878	343	Obrigações fiscais		488	284
Impostos a recuperar		157	244	Passivo de arrendamentos	9	1.977	906
Adiantamento a fornecedores		1.246	1.162	Outras contas a pagar	13	14	46
Despesas antecipadas		10	10				
Outras contas a receber		860	653	Total do passivo circulante		72.399	48.303
Total do ativo circulante		61.335	70.757	Passivo de arrendamentos	9	5.956	2.966
Outras contas a receber		645	-	Total do passivo não circulante		5.956	2.966
Ativo de direito de uso	9	7.631	3.739				
Imobilizado	11	8.121	21.987	Patrimônio líquido	15		
Intangível	12	55.948	-	Capital social		211.827	100.834
Total do ativo não circulante		72.345	25.726	Prejuízos acumulados		(156.502)	(55.620)
				Total do patrimônio líquido		55.325	45.214
Total do ativo		133.680	96.483	Total do passivo e patrimônio líquido		133.680	96.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	16	85.797	21.695
Custos de operação	17	(88.712)	(25.236)
Lucro bruto		(2.915)	(3.541)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(95.787)	(29.566)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	18	(6.040)	3
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(104.742)	(33.104)
Receitas financeiras	19	5.288	2.096
Despesas financeiras	19	(1.428)	(797)
Resultado financeiro líquido		3.860	1.299
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	(395)
Prejuízo do exercício		(100.882)	(32.200)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(100.882)</u>	<u>(32.200)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(100.882)</u></u>	<u><u>(32.200)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos Acumulados	Total
		Capital social	Capital a subscrever		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		27.330	-	(23.420)	3.910
Subscrição de capital social		73.003	(73.003)	-	-
Integralização de capital	15.a	-	73.504	-	73.504
Prejuízo do exercício		-	-	(32.200)	(32.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		100.333	501	(55.620)	45.214
Integralização de capital	15.a	111.494	(501)	-	110.993
Prejuízo do exercício		-	-	(100.882)	(100.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		211.827	-	(156.502)	55.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(100.882)	(32.200)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades financeiras:			
Depreciação	11 e 9	2.208	1.663
Juros sobre passivo de arrendamento	9	554	317
Baixa de imobilizado	11	2.320	-
Resultado ajustado		(95.800)	(30.220)
Redução / (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(25.093)	(26.224)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		87	(337)
Impostos a recuperar		(535)	(106)
Adiantamento de fornecedores		(84)	165
Outras contas a receber		(852)	(653)
Despesas antecipadas			(10)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		5.413	4.425
Obrigações fiscais		204	244
Obrigações sociais e trabalhistas		17.274	23.061
Outras contas a pagar		(32)	33
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(99.418)	(29.622)
Pagamento de juros de arrendamento	9	(554)	(317)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(99.972)	(29.939)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação de investimentos sob controle comum	10	-	5.857
Transferência de ativos por meio de cessão onerosa	11	2.192	-
Aquisição ao intangível	13	(101)	-
Aquisição ao imobilizado	11	(47.378)	(5.968)
Caixa líquido aplicado pelas atividade de investimento		(45.287)	(111)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento	9	(988)	(476)
Caixa proveniente de reorganização societária	22	-	3.235
Integralização de capital	16.a	110.993	62.891
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento		110.005	65.650
(Redução) / aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(35.254)	35.600
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	35.658	58
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	404	35.658
		(35.254)	35.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), constituída na forma de sociedade de capital limitado, domiciliada no Brasil. A sede da Companhia encontra-se na Area rural, S/N, do Município de Janaúba, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem como controlador a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. com participação de 100,00% do capital social da Companhia. e tem como controlador final a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

Conforme alteração contratual ocorrida em 11 de maio de 2023 a Companhia passou por processo de reorganização societária, sendo seu controle transferido para Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., que passou a ser a controladora direta com participação de 100% do capital social da Companhia.

A Companhia tem como objeto social (i) o desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica a partir de diversas fontes; (ii) a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, atuando como o holding de instituições não financeiras; e (iii) comercialização e intermediação de negócios em geral relacionadas à comercialização de energia elétrica.

A Companhia está envolvida primariamente no desenvolvimento de projetos para geração de energia elétrica por fonte renovável.

1.1 Reorganização societária

a. Alienação de investimentos sob controle comum

Em 31 de maio de 2023, a Companhia alienou para a Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda., o controle integral das Empresas fotovoltaicas que formam o complexo Boa Sorte 2. Por ser o mesmo controlador, esse movimento foi tratado como transação sob controle comum e dessa forma, o investimento foi alienado pelo valor dos livros.

As empresas objeto da operação de aquisição estão demonstradas abaixo:

Empresa

Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda;

Os saldos objeto da alienação estão demonstrados a seguir:

	Consolidado
Ativo	31/05/2023
Caixa e equivalentes de caixa	-
Total do ativo circulante	-
Investimentos	5.857
Imobilizado em andamento	-
Total do ativo não circulante	5.857
Total do ativo	5.857
Acervo líquido adquirido	5.857

b. Aquisição de investimentos sob controle comum

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2023, que aprovou a incorporação do acervo cindido no montante de R\$ 14.521, decorrente da cisão realizada na Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos incorporados pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de janeiro de 2023. Assim, os resultados apurados a partir de 31 de janeiro de 2023, fazem parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Abaixo seguem os acervos patrimoniais incorporados nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

	Acervo cindido - 31 de janeiro de 2023 Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.
Ativo	
Equivalentes de caixa	3.235
Partes relacionadas	12.337
Total do ativo circulante	15.572

*Atlas Brasil Comercializadora
de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024*

Investimentos	3.909
Imobilizado	11.043
Total do ativo não circulante	14.952
Total do ativo	30.524
Passivo	
Obrigações sociais	4.000
Partes relacionadas	12.003
Total do passivo circulante	16.003
Patrimônio Líquido	
Capital social – data do laudo de cisão	14.521
Total do patrimônio líquido	14.521
Total do passivo e patrimônio líquido	30.524

Decorrente do processo de incorporação da parte cindida, a Companhia reconheceu aumento de capital social no montante de R\$ 14.521, conforme descrito na nota explicativa nº 15.a

1.2 Aspectos relacionados à continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante negativo de R\$ 10.898 (R\$ positivo R\$22.454 em 31 de dezembro de 2023), prejuízo do exercício de R\$100.883 (R\$ 32.200 em 31 de dezembro de 2023) e prejuízos acumulados de R\$ 156.503 (R\$55.620 em 31 de dezembro de 2023)

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações futuras terão capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, se necessário, a controladora da Companhia poderá transferir recursos de outras partes relacionadas, todas sob o mesmo controle, de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira, mensurada ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) – nota explicativa nº 11:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Intangível - nota explicativa nº 14:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 20:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesas bancárias;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

b. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de

câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(i) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada pela administração do Grupo, no qual de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos, conforme quadro abaixo:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Equipamento de informática e telecomunicação	5 anos

A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Inclui os direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Vista Alegre – MG.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do ativo intangível é indefinida.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,72% a.a.

e. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base

adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos bancários (a)	404	134
Aplicações financeiras curto prazo (b)	-	35.524
Total de Caixa e equivalente de caixa	<u>404</u>	<u>35.658</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 92% (100% em 2023), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber de clientes – Receita ACL (a)	6.187	1.291
Outras contas a receber (b)	46.714	21.734
Contas a receber de partes relacionadas (c)	4.879	9.662
	<u>57.780</u>	<u>32.687</u>

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1.
- (b) Do valor de outras contas a receber, o montante de R\$ 44.229 (R\$ 21.209 em 2023) refere-se a custos de desenvolvimento incorridos pela Companhia aos quais serão posteriormente distribuídos entre as empresas do grupo as quais irão ressarcir a Companhia.
- (c) Conforme nota explicativa nº 19.

9 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	<u>2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortizações</u>	<u>2024</u>
Ativo de direito de uso				
Arrendamento aluguel escritório	3.739	5.049	(1.157)	7.631
Total do ativo	<u>3.739</u>	<u>5.049</u>	<u>(1.157)</u>	<u>7.631</u>

*Atlas Brasil Comercializadora
de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024*

	<u>2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>2024</u>
Ativo de direito de uso						
Arrendamento aluguel escritório	3.872	5.049	(988)	(554)	554	7.933
Total do ativo	<u>3.872</u>	<u>5.049</u>	<u>(988)</u>	<u>(554)</u>	<u>554</u>	<u>7.933</u>

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo de arrendamento	7.933	3.782
Total	<u>7.933</u>	<u>3.782</u>
Circulante	1.977	906
Não circulante	5.956	2.966

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada abaixo:

	<u>2024</u>					<u>Valor líquido em 2024</u>
	<u>Valor líquido em 2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Escritório	3.872	5.049	(988)	(554)	554	7.933
Total	<u>3.872</u>	<u>5.049</u>	<u>(988)</u>	<u>(554)</u>	<u>554</u>	<u>7.933</u>
	<u>2023</u>					<u>Valor líquido em 2024</u>
	<u>Valor líquido em 2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Escritório	-	4.348	(476)	(317)	317	3.872
Total	<u>-</u>	<u>4.348</u>	<u>(476)</u>	<u>(317)</u>	<u>317</u>	<u>3.872</u>

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,72% a.a.

10 Provisão para passivo a descoberto

Em função do patrimônio líquido devedor das controladas da Empresa, e dada a intenção e compromisso da Empresa na manutenção dos investimentos nas controladas, os saldos de patrimônio líquido são apresentados como passivos.

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2023
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda (i)	-	-	(27)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda (i)	-	-	(27)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda (i)	-	-	(25)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda (i)	-	-	(27)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda (i)	-	-	(27)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda (i)	-	-	(26)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda (i)	-	-	(27)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda (i)	-	-	(27)	-
Total		-	(395)	-

Conforme descrito na nota explicativa número 1.1 em 31 de maio de 2023, a Empresa realizou a venda das participações societárias e deixou de ter o controle dos seus investimentos.

Composição do passivo a descoberto	Part.%	Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Alienação de investimentos (i)	2023
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda.	100%	(1)	418	(27)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda.	100%	(1)	418	(27)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda.	100%	(1)	418	(25)	392	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda.	100%	(1)	420	(27)	392	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda.	100%	(1)	420	(27)	392	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda.	100%	(1)	417	(26)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda.	100%	(1)	417	(26)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda.	100%	(1)	417	(26)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda.	100%	(1)	417	(26)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda.	100%	(1)	418	(26)	391	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda.	100%	(1)	417	(26)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda.	100%	(1)	417	(26)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda.	100%	(1)	417	(26)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda.	100%	(1)	418	(27)	390	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda.	100%	(1)	418	(27)	390	-
Total		(15)	6.267	(395)	5.857	-

(i) Conforme descrito na nota explicativa número 1.1 em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou a venda das participações societárias e deixou de ter o controle dos seus investimentos.

11 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	2022	Adições	Reorganização societária (i)	2023	Adições	Cessão onerosa (ii)	Transferências (iv)	Baixa	2024
Imobilizado em andamento (iii)	6.030	18.379	(6.156)	18.253	47.533	(2.192)	(55.847)	(2.320)	5.272
Benfeitorias	-	4.610	-	4.610	-	-	-	-	4.610
Equipamento de informática	-	178	-	178	-	-	-	-	178
Total do imobilizado	6.030	23.167	(6.156)	23.041	47.533	(2.192)	(55.847)	(2.320)	10.226
Depreciação acumulada:	2.022	Adições	Reorganização societária (i)	2.023	Adições	Cessão onerosa (ii)	Transferências (iv)	Baixa	2.024
Benfeitorias	-	(1.025)	-	(1.025)	(1.025)	-	-	-	(2.050)
Equipamentos de informática	-	(29)	-	(29)	(26)	-	-	-	(55)
Total da depreciação acumulada	-	(1.054)	-	(1.054)	(1.051)	-	-	-	(2.105)
Total do imobilizado	6.030	22.113	(6.156)	21.987	46.327	(2.192)	(55.847)	(2.320)	8.121

- (i) Conforme descrito na nota explicativa número 1.1 em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou a venda das participações societárias e deixou de ter o controle dos seus investimentos.
- (ii) A Companhia concentrou a aquisição de parte dos ativos imobilizados das Empresas do Complexo Draco. Em 2024, foi transferido para individualmente para as Dracos 1 a 11, ativos imobilizado no valor de R\$ 2.192.
- (iii) Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico.

- (iv) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia procedeu com a reclassificação de R\$ 55.847 referente a gastos classificados como ativo imobilizado e que foram transferidos posteriormente para o ativo intangível

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Companhia não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

12 Intangível

A Companhia promove o desenvolvimento de novos negócios relacionadas a geração e comercialização de energia elétrica. Por este motivo, os gastos inerentes a este projetos são classificados como ativos intangíveis

Custo de aquisição:	2023	Adições	Transferências (a)	2024
Projetos em desenvolvimento	0	101	55.847	55.948
Total do imobilizado	0	101	55.847	55.948

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia procedeu com a reclassificação de R\$ 55.847 referente a gastos classificados como ativo imobilizado e que foram transferidos posteriormente para o ativo intangível

13 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

	2024	2023
Contratação de serviços	4.509	8.619
Compra de energia (a)	6.510	-
Fornecedores partes relacionadas (b)	14.566	11.387
Total de fornecedores	25.585	20.006
Outras provisões (c)	14	46
Total de outras contas a pagar	14	46
Total de fornecedores e outras contas a pagar	25.599	20.052

- (a) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
 (b) Conforme nota explicativa 19.
 (c) Refere-se a outros serviços a faturar.

As informações sobre a exposição de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 20.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão para bônus (i)	31.052	17.050
Provisão para férias e encargos	9.283	7.090
Encargos trabalhistas	4.000	2.921
Total	<u>44.335</u>	<u>27.061</u>

- (i) A provisão de bônus aos funcionários é definida de acordo com métricas individuais definidas pela Companhia.

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$211.827 (R\$ 100.333 em 31 de dezembro de 2023), representado por 211.827 ações (100.333 em 31 de dezembro de 2023), nominativas e sem valor nominal.

A Companhia possuía o valor de R\$ 501 de capital a subscrever em 31 de dezembro de 2023, que foram totalmente subscritos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia realizou as seguintes movimentações de capital durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2024, conforme atos societários a seguir:

- (i) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2023, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 10.612 via reorganização societária, decorrente da cisão realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A, conforme demonstrado na nota explicativa 22.
- (ii) Conforme 17ª alteração contratual realizada em 05 de junho de 2023, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 32.143.
- (iii) Conforme 18ª alteração contratual realizada em 06 de julho de 2023, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 11.565.
- (iv) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro de 2023, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 970.
- (v) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2023, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 17.713.
- (vi) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2024, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 3.500.
- (vii) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2024, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 33.444.
- (viii) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2024, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 74.551.

A Companhia integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 capital social no montante de R\$ 110.993 (R\$ 62.891 ao longo de 2023), por meio de transferência bancária realizada pela controladora, Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.

16 Receita líquida operacional

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do período:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita contrato de energia (ACL)	77.013	24.299
Receita relacionadas partes (a)	17.824	-
Receita bruta total	94.837	24.299
Impostos sobre venda	(9.040)	(2.604)
Total da receita operacional líquida	85.797	21.695

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa 22.

A Companhia comercializou no período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 o volume de 573.923 MWh (213,6 MWh em 2023).

17 Custo de operação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Compra de energia para revenda	(84.620)	(22.015)
Compra de energia de partes relacionadas (b)	(778)	-
Depreciação e amortização	(2.208)	(1.663)
Operação e manutenção	(183)	(128)
Compromissos sociais e ambientais	(11)	(128)
Encargo de uso da rede de energia elétrica	(20)	-
Custos de locação de terras	-	(96)
Seguros	(13)	(5)
Serviços técnicos	12	(1.165)
Custo de aporte em garantia	(891)	-
Outros custos	-	(36)
Total	(88.712)	(25.236)

18 Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas	2024	2023
Despesas com pessoal	(59.081)	(17.636)
Contabilidade e auditoria (a)	(322)	(5.314)
Assessoria e advogados (a)	(11.947)	-
Impostos e taxas	(1.127)	(1.743)
Serviços técnicos	(3.774)	-
Internet e comunicação	(2.284)	(161)
Propaganda e publicidade	(848)	(1.456)
Licenças e despesas regulatórias	(4.623)	(2.085)
Despesas consumo do escritório	(2.149)	(2.014)
Despesas com viagens	(10.530)	(4.800)
Despesas com aluguel e condomínio	(566)	(594)
Despesas compartilhadas (b)	4.189	6.257
Outros	(2.725)	(20)
Total	(95.787)	(29.566)
 Outras receitas e despesas operacionais	 2024	 2023
Baixa de projetos não realizados (d)	(3.260)	-
Baixa de imobilizado (c)	(2.320)	-
Outras despesas e receitas	(460)	3
Total	(6.040)	3

(a) As despesas com serviços são relativas a gastos com auditoria, advocacia, contabilidade e demais consultorias.

(b) Referem-se a despesas compartilhadas com partes relacionadas. (conforme nota explicativa nº 19).

(c) Conforme nota explicativa nº 11.

(d) Baixa decorrente de projetos descontinuados.

19 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.495	1.309
Variação cambial ativa (a)	3.793	787
	<u>5.288</u>	<u>2.096</u>
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(130)	(47)
Carta de crédito	(672)	-
Variação cambial passiva (a)	(72)	(433)
Juros sobre arrendamentos	(554)	(317)
	<u>(1.428)</u>	<u>(797)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>3.860</u></u>	<u><u>1.299</u></u>

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram pagos a títulos de salários e bônus o montante de R\$ 3.603 (R\$ 5.966 em 31 de dezembro de 2023). Em decorrência da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1.2, a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A reconheceu como despesas de remuneração do pessoal-chave o montante de R\$ 2.579, correspondente a janeiro de 2023. Os períodos decorrentes de fevereiro a dezembro de 2023 foram pagos pela Companhia, no montante de R\$ 3.387.

c. Operações com partes relacionadas

**Atlas Brasil Comercializadora
de Energia S.A.**
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Contas a receber		Contas a pagar		Receita / (Despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<i>(i) Operações com partes relacionadas – Nacional</i>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	1.817	-	-	50	237
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	235	-
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	30	232	-	-	325	237
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	397	-	-	28	239
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	334	-
Atlas Brasil Energia Holding 4 Ltda.	-	-	-	-	334	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	-	-	-	99	425
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	-	-	-	99	425
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	-	-	-	99	425
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	-	-	-	99	425
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	-	-	-	-	75	324
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda. (a)	-	-	-	-	75	324
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	-	-	-	-	36	166
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	-	-	-	-	36	166
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	-	-	-	-	36	166
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA	-	-	-	-	20	93
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	-	-	-	-	20	93
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA	-	-	-	-	20	93
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA	-	-	-	-	20	93
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda	-	-	-	-	185	135
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda	-	-	-	-	185	135
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda	-	-	-	-	185	135
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda	-	-	-	-	185	121
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.	385	3.624	-	-	17.263	10.172
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	77	56
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	-	-	-	-	285	193
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	-	-	-	-	285	193
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	14	-	-	-	285	193
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	-	99	-	-	130	(4.503)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	-	50	-	-	65	(2.252)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	-	50	-	-	65	(2.252)
Total	429	6.269	-	-	21.235	6.257

**Atlas Brasil Comercializadora
de Energia S.A.**
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<u>(ii) Operações com partes relacionadas – Internacional</u>						
Atlas Renewable Energy Chile Spa	-	-	2.161	1.689	-	-
Javiera Spa	45	-	-	-	-	-
Atlas Renewable Energy Spain S.L.U	148	116	-	-	-	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV	3.361	2.622	1.104	863	-	-
Veja Solar 6 Sapi de CV	29	-	-	-	-	-
Atlas Holding Chile Dos SpA	729	556	4.301	3.363	-	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	127	99	7.000	5.472	-	-
COLIDIM S.A.	10	-	-	-	-	-
Total	4.449	3.393	14.566	11.387	-	-
Operação com partes relacionadas (i+ii)	4.879	9.662	14.566	11.387	21.235	6.257

As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais advocatícias e seguros.
- Custo de imobilizado

(*) Refere-se ao saldo de controladora e consolidado

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2024		2023	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	404	35.524	134
Contas a receber	8	-	57.780	-	32.687
Outras contas a receber		-	1.505	-	653
Total		-	59.689	35.524	33.474
Passivos					
Fornecedores	12	-	25.585	-	20.006
Passivo de arrendamento	9	-	7.933	-	3.872
Outras contas a pagar	12	-	14	-	46
Total		-	33.532	-	23.924

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível hierárquico do valor justo	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	404	404	35.658	35.658
Contas a receber	Nível 2	57.780	57.780	32.687	32.687
Outras contas a receber	Nível 2	1.505	1.505	653	653
Total		59.689	59.689	68.998	68.998
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	25.585	25.585	20.006	20.006
Passivo de arrendamento	Nível 2	7.933	7.933	3.872	3.872
Outras contas a pagar	Nível 2	14	14	46	46
Total		33.532	33.532	23.924	23.924

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixas e equivalentes de caixa	404	35.658
Contas a receber	57.780	32.687
Outras contas a receber	1.505	653
Total transações no resultado	<u>59.689</u>	<u>68.998</u>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	25.585	25.585	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	7.933	6.979	1.813	4.056	1.110	-
Outras contas a pagar	14	14	-	-	-	-
	33.532	32.578	1.813	4.056	1.110	-

31 de dezembro de 2023

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 anos ou menos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	20.006	20.006	20.006	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.872	6.979	1.813	4.056	1.110	-
Outras contas a pagar	46	46	46	-	-	-
	23.924	27.031	21.865	4.056	1.110	-

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

22 Contingências

A Companhia possui causas de natureza trabalhista, que possui diferentes requisição em cada uma delas com previsão de perda possível no valor R\$ 215.700 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

A companhia não possui causas classificadas como prováveis e por isso, não reconheceu qualquer provisão referente a isso.

23 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Integralização de capital	14	-	10.612
Fornecedores partes relacionadas	19	-	12.003
Contas a receber	8	-	(12.337)
Obrigações trabalhistas e sociais	13	-	4.000
Fornecedores	12	25.585	-
Aquisição de imobilizado	11	(25.585)	(11.043)
Caixa proveniente de reorganização societária		-	(3.235)

24 Eventos subsequentes

- (a) Em 07 de janeiro de 2025, a controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A procedeu com aporte de capital social no valor de R\$ 6.700;
- (b) Em 08 de janeiro de 2025, a controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A procedeu com aporte de capital social no valor de R\$ 6.000; e
- (c) Em 26 de fevereiro de 2025, a controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A procedeu com aporte de capital social no valor de R\$ 4.180.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *